

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1. Contexto Operacional

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, quanto à administração das finanças, contabilidade e orçamento, observa a [Lei nº 4.320/1964](#), a [Lei Complementar 101/00 – LRF](#) e normativos expedidos pela Secretária de Orçamento Federal – SOF, Secretária do Tesouro Nacional – STN e Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.

Quanto aos orçamentos, são seguidas a [Lei do Plano Plurianual - PPA](#), [Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO](#) e [Lei Orçamentária Anual - LOA](#).

### 2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) do TRT10 tiveram como fundamento a [Lei nº 4.320/1964](#), do [Decreto-Lei nº 200/1967](#), do [Decreto nº 93.872/1986](#), da [Lei nº 10.180/2001](#) e da [Lei Complementar nº 101/00 – LRF](#). Abrangem, também, as [Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público \(NBCT SP\)](#) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(MCASP\) 7ª edição](#) e o [Manual SIAFI](#), ambos da Secretaria do Tesouro Nacional e nas mensagens emitidas Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo as informações das contas contábeis da unidade orçamentária e gestora TRT10.

As Demonstrações Contábeis aplicadas ao setor público são compostas pelas seguintes demonstrações:

- a) **Balanco Orçamentário** - traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- b) **Balanco Patrimonial** - evidencia os ativos e passivos;
- c) Demonstração das Variações Patrimoniais - neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);
- d) **Balanco Financeiro** - visa demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- e) **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)** - visa demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas; e

- f) **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)** - divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.
- g) **Notas Explicativas**

Ressalta-se que a DMPL é obrigatória apenas para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades da Federação. Sendo assim, tal Demonstração não é apresentada por este Tribunal.

### 3. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Listamos a seguir os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Regional:

**Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras:** a moeda funcional da União é o Real. Caso existam saldos em moeda estrangeira, estes serão convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

**Caixa e equivalentes de caixa:** incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do Princípio de Unidade de Tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes.

**Créditos a curto prazo:** compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber

**Estoques:** englobam o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

**Ativo realizável a longo prazo:** compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos previdenciários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) créditos de

operações especiais. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

**Imobilizado:** é composto pelos bens móveis e imóveis. Os bens são mensurados pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial. Após, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

**Intangível:** direitos que tenham por objeto bens incorpóreos. No TRT10 são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Após o reconhecimento inicial, os bens ficam sujeitos à amortização, quando tiverem vida útil definida, bem como procedimentos de reavaliação e redução ao valor recuperável.

**Depreciação, amortização e exaustão Bens Móveis:** base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável é o das quotas constantes. Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do TRT10 são apuradas pelo Sistema de Mobiliário e Patrimônio - SMP, que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes; e
- Utilização da tabela constante no Manual SIAFI - 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

**Depreciação de Bens Imóveis:** as informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014. Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

- reavaliados, aqueles nos quais:

- ✓ seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;

- ✓ houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;

- ✓ seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

**Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável:** Os procedimentos para registro da reavaliação e redução a valor recuperável na Administração Pública Direta da União têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável e reavaliação, bem como a mensuração do valor, seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI, Macrofunção “02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável”. Ressaltamos que o processo de Reavaliação dos Bens Móveis ainda não foi implementado, contudo já foi constituída comissão permanente e os primeiros resultados serão entregues no começo de 2019.

**Passivo:** as obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

**Passivo circulante e não circulante:** passivo circulante compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade. O passivo não

circulante compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

**Provisões:** a provisão registrada é composta do tipo de risco “trabalhista”, e sua classificação com relação à potencial saída de recursos é “possível”. São mensuradas pelo custo unitário, sujeitos a correção monetária e juros.

**Apuração de Resultados:** são apurados os seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

- I. Resultado Patrimonial: A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- II. Resultado Orçamentário: O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. Caso o resultado seja positivo, há superávit orçamentário; caso contrário, há déficit orçamentário. Também se pode verificar a existência de excesso ou insuficiência de arrecadação (previsão de receita menos receita realizada) e de sobra ou excesso de despesa (dotação menos despesa empenhada).
- III. Resultado Financeiro: é apurado tanto no Balanço Financeiro quanto na Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Balanço Financeiro, apura-se confrontando os ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do TRT10. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, apura-se confrontando o saldo atual e o saldo anterior da linha Caixa e

Equivalentes de Caixa. Caso a diferença for positiva, há superávit financeiro; caso contrário, há déficit financeiro.

#### 4. Declaração do Contador

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pelo Núcleo de Contabilidade Analítica – NUCAN, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região são as seguintes:

- a) Balanço Orçamentário - traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- b) Balanço Patrimonial - evidencia os ativos e passivos;
- c) Demonstração das Variações Patrimoniais - neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);
- d) Balanço Financeiro - visa demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) - visa demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas; e
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) - divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Desafios

- Implantação do rotina de Reavaliação do Bens Móveis, a qual está aguardava normatização interna;
- Implantação do Sistema de Apuração de Custos, o qual é de prerrogativa do CSJT;

Ressalvas

Devido à complexidade, diversidade e amplitude de alguns processos de trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, na busca pela qualidade das nossas informações, temos ainda desafios a serem superados, conforme destacamos a seguir:

- Implantação do rotina de Reavaliação do Bens Móveis, a qual aguardava normatização interna;
- Melhora nos controles dos Passivos Administrativos de Pessoal, o qual apresentação pouca confiabilidade;

#### Declaração

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

Brasília-DF 29 de janeiro de 2019  
Bruno Henrique Nunes Pedrozo  
CRC nº 021117/O-4  
Contador TRT10

## 5. Demonstrativos Contábeis

Seguem-se os demonstrativos contábeis cuja análise consta do item "5. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis", exposto na seqüência. A coluna "NE" inserida nos demonstrativos contábeis corresponde à numeração sequencial das Notas Explicativas.

I - BALANÇO PATRIMONIAL				R\$			
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2018	2017	ESPECIFICAÇÃO		2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		31.586.104,26	40.144.792,48	PASSIVO CIRCULANTE		3.258.985,58	989.756,57
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	30.108.976,25	30.390.929,21	Obrigações Trabalh.,Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	6	869.621,35	146.621,97
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	21.144,18	8.134.860,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		67.156,26	264.238,45
Estoques	3	1.323.797,31	1.561.304,94	Demais Obrigações a Curto Prazo	7	2.322.207,97	578.896,15
VPDs Pagas Antecipadamente		132.186,52	57.698,33	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>NE</b>	<b>26.681.087,49</b>	<b>21.512.072,86</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>NE</b>	<b>188.777.200,38</b>	<b>172.895.377,06</b>	Obrigações Trabalh.,Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		26.681.087,49	21.512.072,86
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>533.036,96</b>	<b>512.309,46</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>29.940.073,07</b>	<b>22.501.829,43</b>
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		533.036,96	512.309,46	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Imobilizado</b>	<b>4</b>	<b>183.704.626,65</b>	<b>169.215.861,27</b>	ESPECIFICAÇÃO		2018	2017
Bens Móveis		64.008.707,06	60.861.801,78				
(-)							
Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(29.304.520,67)	(25.448.004,74)				
Bens Imóveis				<b>Resultados Acumulados</b>	<b>8</b>	<b>190.423.231,57</b>	<b>190.538.340,11</b>



		149.832.147,00	134.190.569,80				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(831.706,74)	(388.505,57)	Resultado do Exercício		8.862.371,97	83.627.510,87
<b>Intangível</b>	<b>5</b>	<b>4.539.536,77</b>	<b>3.167.206,33</b>	Resultados de Exercícios Anteriores		190.538.340,11	113.808.234,92
Softwares		4.550.510,69	3.167.206,33	Ajustes de Exercícios Anteriores		(8.977.480,51)	(6.897.405,68)
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(10.973,92)	-	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>190.423.231,57</b>	<b>190.538.340,11</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>220.363.304,64</b>	<b>213.040.169,54</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>220.363.304,64</b>	<b>213.040.169,54</b>

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

R\$

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>30.108.976,25</b>	<b>30.390.929,21</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>4.498.293,07</b>	<b>26.952.321,87</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>190.254.328,39</b>	<b>182.649.240,33</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>27.577.325,58</b>	<b>21.548.106,94</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>188.287.685,99</b>	<b>164.539.740,73</b>

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

R\$

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>1.362.825,21</b>	<b>543.655,47</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>40.016.151,75</b>	<b>44.634.973,93</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.362.825,21	543.655,47	Execução dos Atos Potenciais Passivos	40.016.151,75	44.634.973,93
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.362.825,21	543.655,47	Obrigações Contratuais a Executar	40.016.151,75	44.634.973,93
<b>TOTAL</b>	<b>1.362.825,21</b>	<b>543.655,47</b>	<b>TOTAL</b>	<b>40.016.151,75</b>	<b>44.634.973,93</b>

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
		2018	2017
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>NE</b>	<b>650.202.772,61</b>	<b>699.127.461,92</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>9</b>	<b>20.376.909,90</b>	<b>20.490.447,52</b>
Taxas		20.376.909,90	20.490.447,52
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>754.736,08</b>	<b>726.464,96</b>
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		754.736,08	726.464,96
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>29.102,40</b>	<b>20.485,04</b>
Juros e Encargos de Mora		6.776,44	5.346,48
Variações Monetárias e Cambiais		22.325,96	15.138,56
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>10</b>	<b>625.937.907,05</b>	<b>654.366.426,00</b>
Transferências Intragovernamentais		606.828.723,36	595.261.477,50
Transferências Intergovernamentais		19.109.183,69	59.009.696,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	95.252,50
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>11</b>	<b>2.294.112,62</b>	<b>22.822.924,90</b>
Reavaliação de Ativos		2.141.808,85	20.959.499,75
Ganhos com Desincorporação de Passivos		152.303,77	1.863.425,15
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>810.004,56</b>	<b>700.713,50</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		810.004,56	700.713,50
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>NE</b>	<b>641.340.400,64</b>	<b>615.499.951,05</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>12</b>	<b>342.514.153,81</b>	<b>337.442.357,04</b>
Remuneração a Pessoal		269.138.085,36	264.208.090,56
Encargos Patronais		48.373.258,30	48.244.069,81
Benefícios a Pessoal		22.486.005,23	22.792.807,31
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		2.516.804,92	2.197.389,36
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>13</b>	<b>179.139.238,76</b>	<b>161.574.595,20</b>
Aposentadorias e Reformas		160.698.250,35	144.605.784,13
Pensões		18.097.790,21	16.830.381,83
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		343.198,20	138.429,24
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>68.109.867,28</b>	<b>64.768.438,88</b>
Uso de Material de Consumo		2.205.334,38	2.492.297,55
Serviços		58.943.813,27	57.335.121,33
Depreciação, Amortização e Exaustão		6.960.719,63	4.941.020,00
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>101.942,13</b>	<b>1.913,91</b>
Juros e Encargos de Mora		100.343,67	-
Variações Monetárias e Cambiais		1.598,46	1.165,91
Descontos Financeiros Concedidos		-	748,00
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>37.840.554,98</b>	<b>40.555.798,84</b>
Transferências Intragovernamentais		37.094.457,23	39.001.702,46
Outras Transferências e Delegações Concedidas		746.097,75	1.554.096,38
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>11.183.366,32</b>	<b>10.260.201,60</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	2.636.426,69
Perdas Involuntárias		1.564,54	1.069,81
Incorporação de Passivos		9.950.238,90	5.809.711,18
Desincorporação de Ativos		1.231.562,88	1.812.993,92

<b>Tributárias</b>		<b>776.470,08</b>	<b>806.402,96</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		11.494,54	8.435,46
Contribuições		764.975,54	797.967,50
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>1.674.807,28</b>	<b>90.242,62</b>
Premiações		-	11.096,40
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.674.807,28	79.146,22
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>14</b>	<b>8.862.371,97</b>	<b>83.627.510,87</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		R\$
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO	
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>6.717.851,65</b>	
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>18.892.831,53</b>	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	18.892.831,53	
<b>TOTAL</b>	<b>25.610.683,18</b>	

III - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO					R\$	
RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>19.852.796,00</b>	<b>19.852.796,00</b>	<b>20.012.504,12</b>	<b>159.708,12</b>	
<b>Receita Patrimonial</b>		<b>571.037,00</b>	<b>571.037,00</b>	<b>683.550,70</b>	<b>112.513,70</b>	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		571.037,00	571.037,00	683.550,70	112.513,70	
<b>Transferências Correntes</b>		<b>19.103.707,00</b>	<b>19.103.707,00</b>	<b>19.109.183,69</b>	<b>5.476,69</b>	
<b>Outras Receitas Correntes</b>		<b>178.052,00</b>	<b>178.052,00</b>	<b>219.769,73</b>	<b>41.717,73</b>	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		178.052,00	178.052,00	219.769,73	41.717,73	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		-	-	-	-	
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>15</b>	<b>19.852.796,00</b>	<b>19.852.796,00</b>	<b>20.012.504,12</b>	<b>159.708,12</b>	
<b>DEFICIT</b>				<b>569.398.770,14</b>	<b>569.398.770,14</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>19.852.796,00</b>	<b>19.852.796,00</b>	<b>589.411.274,26</b>	<b>569.558.478,26</b>	

## ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>1.234.920,73</b>	<b>3.133.265,70</b>	<b>3.120.811,13</b>	<b>3.120.811,13</b>	<b>1.111.106,69</b>	<b>136.268,61</b>
Pessoal e Encargos Sociais		278.082,44	456.076,83	718.434,84	718.434,84	8.685,17	7.039,26
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		956.838,29	2.677.188,87	2.402.376,29	2.402.376,29	1.102.421,52	129.229,35
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>851.689,82</b>	<b>20.805.571,13</b>	<b>21.018.647,65</b>	<b>20.965.437,65</b>	<b>357.643,67</b>	<b>334.179,63</b>
Investimentos		851.689,82	8.644.659,95	8.975.736,47	8.922.526,47	239.643,67	334.179,63
Inversões Financeiras		-	12.160.911,18	12.042.911,18	12.042.911,18	118.000,00	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>2.086.610,55</b>	<b>23.938.836,83</b>	<b>24.139.458,78</b>	<b>24.086.248,78</b>	<b>1.468.750,36</b>	<b>470.448,24</b>

## ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>258.773,01</b>	<b>104.034,55</b>	<b>214.461,50</b>	<b>147.761,77</b>	<b>584,29</b>
Pessoal e Encargos Sociais		-	43.472,48	43.472,48	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-

Outras Despesas Correntes		258.773,01	60.562,07	170.989,02	147.761,77	584,29
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		-	<b>450.037,98</b>	<b>446.095,98</b>	<b>3.942,00</b>	-
Investimentos		-	450.037,98	446.095,98	3.942,00	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>258.773,01</b>	<b>554.072,53</b>	<b>660.557,48</b>	<b>151.703,77</b>	<b>584,29</b>

## IV - BALANÇO FINANCEIRO

R\$

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
<b>Receitas</b>		-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>608.980.013,90</b>	<b>644.356.778,84</b>
<b>Orçamentárias</b>							
<b>Ordinárias</b>		-	-	<b>Ordinárias</b>		<b>502.422.970,00</b>	<b>461.649.781,78</b>
<b>Vinculadas</b>		-	-	<b>Vinculadas</b>		<b>106.557.043,90</b>	<b>182.706.997,06</b>
Recursos de				Seguridade Social (Exceto RGPS)		95.761.401,00	118.475.034,54
Receitas Financeiras				Operação de Crédito			86.542,30
				Outros Recursos Vinculados a		10.795.642,90	64.145.420,22
				Órgãos e Programas			
<b>Transferências</b>		<b>606.582.346,49</b>	<b>595.261.477,50</b>	<b>Transferências Financeiras</b>		<b>22.261.147,50</b>	<b>23.079.432,09</b>
<b>Financeiras Recebidas</b>				<b>Concedidas</b>			
Resultantes da		606.007.107,16	594.701.457,73	Independentes da Execução		22.261.147,50	23.079.432,09
Execução				Orçamentária			
Orçamentária				Transferências Concedidas para		799.785,06	1.568.170,08
Repasso Recebido		23.828,48	10.077,00	Pagamento de RP			
Sub-repasso	18	605.983.278,68	594.691.380,73	Movimento de Saldos		21.461.362,44	21.511.262,01
Recebido				Patrimoniais			
Independentes da		575.239,33	560.019,77				
Execução							
Orçamentária							
Transferências		158.491,44	100.843,43				
Recebidas para							
Pagamento de RP							
Demais		206.389,96	228.638,29				
Transferências							
Recebidas							
Movimentação de		210.357,93	230.538,05				
Saldos Patrimoniais							
<b>Recebimentos</b>		<b>74.127.464,91</b>	<b>111.218.054,41</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>		<b>49.750.602,96</b>	<b>27.241.357,17</b>
<b>Extraorçamentários</b>							

Inscrição dos Restos a Pagar Processados		13.946,26	554.591,53	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		710.860,48	189.891,61
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		1.718.307,34	23.947.496,09	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		24.093.374,73	13.132.939,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		27.240.774,69	13.918.526,33	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		24.945.767,75	13.918.526,33
Outros Recebimentos Extraorçamentários	19	45.154.436,62	72.797.440,46	Outros Pagamentos Extraorçamentários		600,00	-
Restituições a Pagar			600,00	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		600,00	
Arrecadação de Outra Unidade		41.057.118,67	72.796.840,46				
Demais Recebimentos		4.097.317,95					
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>30.390.929,21</b>	<b>18.588.965,40</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>30.108.976,25</b>	<b>30.390.929,21</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		30.390.929,21	18.588.965,40	Caixa e Equivalentes de Caixa		30.108.976,25	30.390.929,21
<b>TOTAL</b>		<b>711.100.740,61</b>	<b>725.068.497,31</b>	<b>TOTAL</b>		<b>711.100.740,61</b>	<b>725.068.497,31</b>

## V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R\$

	NE	2018	2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		<b>22.809.647,42</b>	<b>56.054.329,07</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>678.977.557,80</b>	<b>681.977.444,29</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>		-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>		-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>		<b>678.977.557,80</b>	<b>681.977.444,29</b>
Ingressos Extraorçamentários		27.240.774,69	13.918.526,33
Restituições a Pagar			600,00
Transferências Financeiras Recebidas		606.582.346,49	595.261.477,50
Arrecadação de Outra Unidade		41.057.118,67	72.796.840,46
Demais Recebimentos		4.097.317,95	
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>(656.167.910,38)</b>	<b>(625.923.115,22)</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>(560.200.913,78)</b>	<b>(540.069.407,42)</b>
Judiciário		(360.552.983,04)	(353.784.911,96)
Previdência Social		(181.483.834,62)	(170.612.991,46)
Educação		-	(10.077,00)
Desporto e Lazer		(13.168,40)	-
Encargos Especiais		(18.150.927,72)	(15.661.427,00)
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		-	-
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>(48.759.481,35)</b>	<b>(48.855.749,38)</b>
Intragovernamentais		(48.759.481,35)	(48.855.749,38)
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>		<b>(47.207.515,25)</b>	<b>(36.997.958,42)</b>



Dispêndios Extraorçamentários		(24.945.767,75)	(13.918.526,33)
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		(600,00)	
Transferências Financeiras Concedidas		(22.261.147,50)	(23.079.432,09)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(23.091.600,38)</b>	<b>(44.252.365,26)</b>
<b>INGRESSOS</b>		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>(23.091.600,38)</b>	<b>(44.252.365,26)</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		<b>(21.718.591,45)</b>	<b>(43.327.789,07)</b>
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		<b>(1.373.008,93)</b>	<b>(924.576,19)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		-	-
<b>INGRESSOS</b>		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	20	<b>(281.952,96)</b>	<b>11.801.963,81</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>		<b>30.390.929,21</b>	<b>18.588.965,40</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>		<b>30.108.976,25</b>	<b>30.390.929,21</b>

## 6. Nota Explicativas dos Demonstrativos Contábeis

### I. Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

#### Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O item “Caixa e Equivalentes de Caixa” apresentou saldo de R\$30.108.976,25, o que corresponde a 95,32% do montante de R\$ 31.586.104,26 do Ativo Circulante.

A Tabela 1 a seguir apresenta a composição do item:

Tabela 1- Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição R\$

Conta Contábil	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Varição Absoluta
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.295.006,94	7,62%	-	-	2.295.006,94
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	27.813.969,31	92,38%	30.390.929,21	-8,48%	(2.576.959,90)
<b>Total</b>	<b>30.108.976,25</b>	<b>100,00%</b>	<b>30.390.929,21</b>	<b>-0,93%</b>	<b>(281.952,96)</b>

Fonte: SIAFI

A conta “Demais Contas – Caixa Econômica Federal” é composta de depósitos recebidos em garantia de contratos de fornecimento de bens e prestações de serviços firmados com terceiros, em atendimento ao disposto na Lei de Licitações (Lei 8.666/93).

A conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS” corresponde ao direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada junto à Secretaria do Tesouro Nacional, para fazer frente às despesas realizadas pelos créditos orçamentários consignados na LOA.

A conta de “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS” apresentou uma variação negativa de 8,48%, correspondente a R\$ 2.576.959,90. Tal variação decorre dos pagamentos de despesas do exercício e de restos a pagar.

A variação positiva no período da conta “Demais Contas – Caixa Econômica Federal” decorreu da apropriação das garantias contratuais de fornecedores em 2018. Cumpre informar que os saldos dos valores que permaneceram na conta não estão conciliados com os respectivos extratos bancários, por indisponibilidade dessa informação junto à Instituição Financeira.

A conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS” pode ser detalhada a partir da fonte de arrecadação, visualizada conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Composição por fonte de recursos

R\$

Fonte Recursos	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Varição Absoluta
81 RECURSOS DE CONVENIOS	19.059.842,43	68,53%	24.312.492,88	-21,60%	(5.252.650,45)

00	RECURSOS ORDINARIOS	7.845.919,29	28,21%	4.996.507,09	57,03%	2.849.412,20
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	779.618,24	2,80%	470.309,12	65,77%	309.309,12
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	128.589,35	0,46%	611.620,12	-78,98%	(483.030,77)
<b>Total</b>		<b>27.813.969,31</b>	<b>100,00%</b>	<b>30.390.929,21</b>	<b>-8,48%</b>	<b>(2.576.959,90)</b>

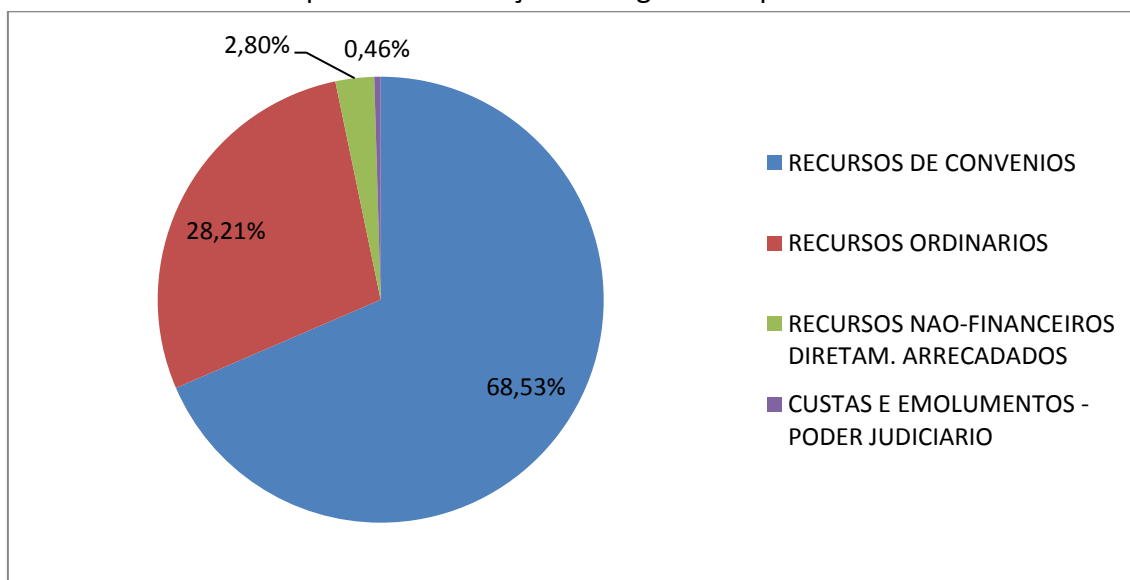
Fonte: SIAFI

As variações por fonte de recursos mais relevantes estão detalhadas abaixo:

- Recursos de Convênios: os recursos na fonte Recursos de Convênio representaram 68,53% do saldo da conta em 2018 e apresentaram uma variação de 21,60%, no montante de R\$ 19.059,842,43. A variação negativa foi ocasionada pelo pagamento de restos a pagar relacionados a aquisição do novo prédio do Foro de Taguatinga.
- Recursos Ordinários: os recursos na fonte de Recursos Ordinários representam 28,21% do saldo da conta em 2018 e apresentaram uma variação de 57,03%, no valor de R\$ 2.849.412,20. Esse aumento foi ocasionado principalmente pelo recebimento antecipado de recursos para o pagamento de gastos orçamentários.

O gráfico1 apresenta a composição percentual da conta de limite de saque por fonte de recursos.

Gráfico 1- Limite de Saque com Vinculação de Pagamento por Fonte de Recursos



#### Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo

O item Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo é composto de valores a receber devidos por servidores e fornecedores, valores a receber de entidades públicas e adiantamentos concedidos a terceiros. Apresentou saldo de R\$ 21.144,18, o que corresponde a 0,07% do montante do Ativo Circulante.

A Tabela 3 apresenta a composição da conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

Tabela 3 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Composição R\$

Conta Contábil	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Varição Absoluta
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	21.144,18	100,00%	-	-	21.144,18
CRED A REC POR VALOR ARREC OUTRAS ENTIDADES	-	0,00%	8.134.860,00	-100,00%	(8.134.860,00)
<b>Total</b>	<b>21.144,18</b>	<b>100,00%</b>	<b>8.134.860,00</b>	<b>-99,74%</b>	<b>(8.113.715,82)</b>

Fonte: SIAFI

Dentre as contas que compõem o item Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, destaca-se:

- a) A conta “Créditos a receber por valores arrecadados por outras entidades” apropria a previsão de arrecadação da fonte “81 – Recursos de Convênios” que arrecada pela Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT. Em 2018, apresentou saldo zerado. Contudo, teve variação de R\$ 8.134.860,00 em relação a 2017. Essa variação negativa deve-se a erro ocorrido em 2017, quando o saldo da previsão de arrecadação deveria ter sido zerado. Ressaltamos que em 2018 o saldo foi devidamente ajustado.

A Tabela 4 apresenta a composição do item Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Tabela 4 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo – Composição R\$

Conta Contábil	2018	2017	AH (%)	Varição Absoluta
ADIANTAMENTO DE CONTRIB FUTURAS - FUNPRESP	533.036,96	512.309,46	4,05%	20.727,50
	<b>533.036,96</b>	<b>512.309,46</b>	<b>4,05%</b>	<b>20.727,50</b>

Fonte: SIAFI

O valor da conta “Adiantamento de Contrib. Futuras – Funpresp” refere-se a adiantamento dado à FUNPRESP-JUD pelo Tribunal Superior do Trabalho em 2013 e registrado em 2015 na conta supramencionada, conforme orientações dispostas na Mensagem CFIN/CSJT nº 040/2015. Tal valor será baixado quando o fundo atingir seu ponto de equilíbrio, ou seja, quando o montante das receitas administrativas da FUNPRESP-JUD superar o das despesas administrativas no mesmo ano-calendário.

O valor do aporte inicial foi registrado em setembro de 2015, no valor de R\$ 393.556,41, devendo ser atualizado monetariamente com base no Índice IPCA/IBGE. Cabe esclarecer que o valor referente à correção monetária é registrado contabilmente no mês seguinte ao de referência, motivo pelo qual a correção referente ao mês de dezembro de 2018 ocorrerá em janeiro de 2019.

### Nota 3 – Estoques

O Item “Estoques” apresentou saldo de R\$ 6.193.486,61, correspondente a 3,05% do montante de R\$ 203.169.340,55 do Ativo Circulante. Neste item estão registrados exclusivamente materiais de consumo mantidos no almoxarifado.

A Tabela 5 apresenta a composição do saldo de Estoque em dezembro/2018:

Tabela 5 - Estoques – Composição

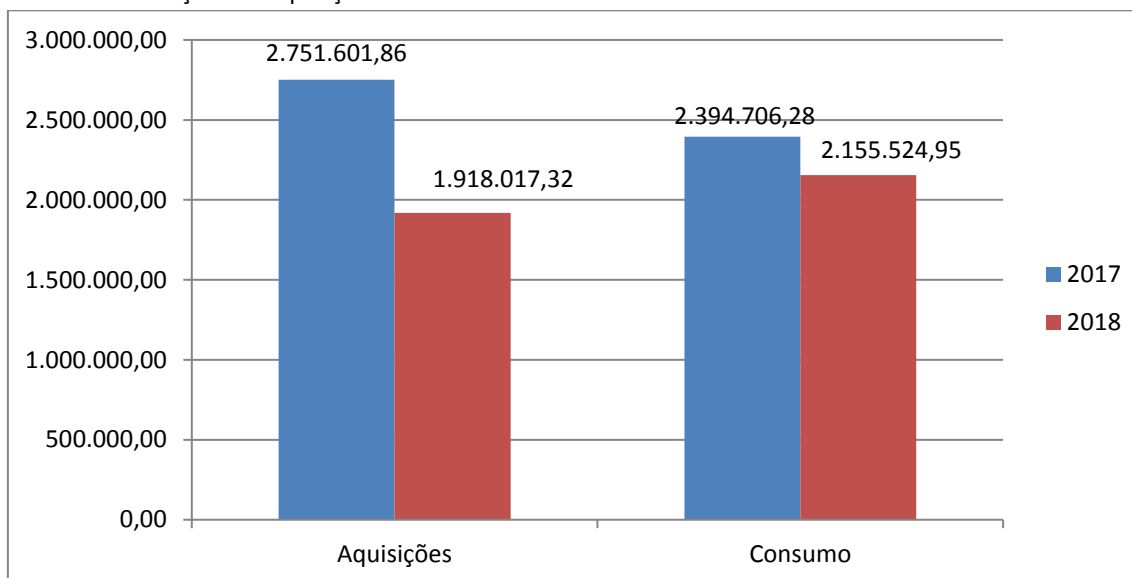
R\$

Item	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Varição Absoluta
MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	764.037,56	57,72%	786.839,73	-2,90%	(22.802,17)
MATERIAL DE EXPEDIENTE	386.556,11	29,20%	513.108,35	-24,66%	(126.552,24)
MATERIAL DE COPA E COZINHA	54.476,08	4,12%	98.452,71	-44,67%	(43.976,63)
GENEROS DE ALIMENTACAO	36.117,44	2,73%	79.571,13	-54,61%	(43.453,69)
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	33.749,00	2,55%	12.149,58	177,78%	21.599,42
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	20.664,20	1,56%	33.966,16	-39,16%	(13.301,96)
BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	14.585,87	1,10%	12.257,87	18,99%	2.328,00
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	12.926,64	0,98%	23.885,46	-45,88%	(10.958,82)
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	516,00	0,04%	618,00	-16,50%	(102,00)
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	168,41	0,01%	455,95	-63,06%	(287,54)
	<b>1.323.797,31</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.561.304,94</b>	<b>-15,21%</b>	<b>(237.507,63)</b>

Fonte: SIAFI

O item apresentou uma variação negativa de 15,21% em relação ao exercício de 2017, em razão da redução da aquisição de tais bens no exercício de 2018, conforme demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Evolução das aquisições e consumo de materiais de consumo mantidos no almoxarifado



#### Nota 4 – Imobilizado

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. O Imobilizado está segregado em bens móveis e bens imóveis.

O saldo de R\$ 183.704.626,65 deste item corresponde a 97,31% do montante de R\$ 188.777.200,38 do Ativo Não Circulante.

Tabela 6 - Imobilizado – Composição

R\$

Conta Contábil	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Variação Absoluta
Bens Móveis	64.008.707,06	34,84%	60.861.801,78	5,17%	3.146.905,28
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(29.304.520,67)	-15,95%	(25.448.004,74)	15,15%	(3.856.515,93)
Bens Imóveis	149.832.147,00	81,56%	134.190.569,80	11,66%	15.641.577,20
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(831.706,74)	-0,45%	(388.505,57)	114,08%	(443.201,17)
<b>Total</b>	<b>183.704.626,65</b>	<b>100,00%</b>	<b>169.215.861,27</b>	<b>8,56%</b>	<b>14.488.765,38</b>

Fonte: SIAFI

#### Nota 4.1 - Bens Móveis

Entre os exercícios de 2017 e 2018, o título Bens Móveis evoluiu aproximadamente 5,17%, demonstrando crescimento de R\$ 3.146.905,28, conforme Tabela 7.

Tabela 7 - Bens Móveis – Composição

R\$

Conta Contábil	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Variação Absoluta
Bens de Informática	28.464.661,17	44,47%	26.960.714,33	5,58%	1.503.946,84
Móveis e Utensílios	18.498.666,08	28,90%	15.375.965,23	20,31%	3.122.700,85
Veículos	7.599.636,05	11,87%	5.771.018,20	31,69%	1.828.617,85
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	6.226.668,40	9,73%	6.968.364,65	-10,64%	(741.696,25)
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	2.764.212,92	4,32%	2.664.122,85	3,76%	100.090,07
Demais Bens Móveis	454.862,44	0,71%	296.169,52	53,58%	158.692,92
Bens Móveis em Andamento	-	0,00%	2.825.447,00	-100,00%	(2.825.447,00)
<b>Total Bruto</b>	<b>64.008.707,06</b>	<b>100,00%</b>	<b>60.861.801,78</b>	<b>5,17%</b>	<b>3.146.905,28</b>
Depreciação / Amortização Acumulada	(29.304.520,67)	-45,78%	(25.448.004,74)	15,15%	(3.856.515,93)
<b>Total Líquido</b>	<b>34.704.186,39</b>	<b>-45,78%</b>	<b>35.413.797,04</b>	<b>-2,00%</b>	<b>(709.610,65)</b>

Fonte: SIAFI

Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

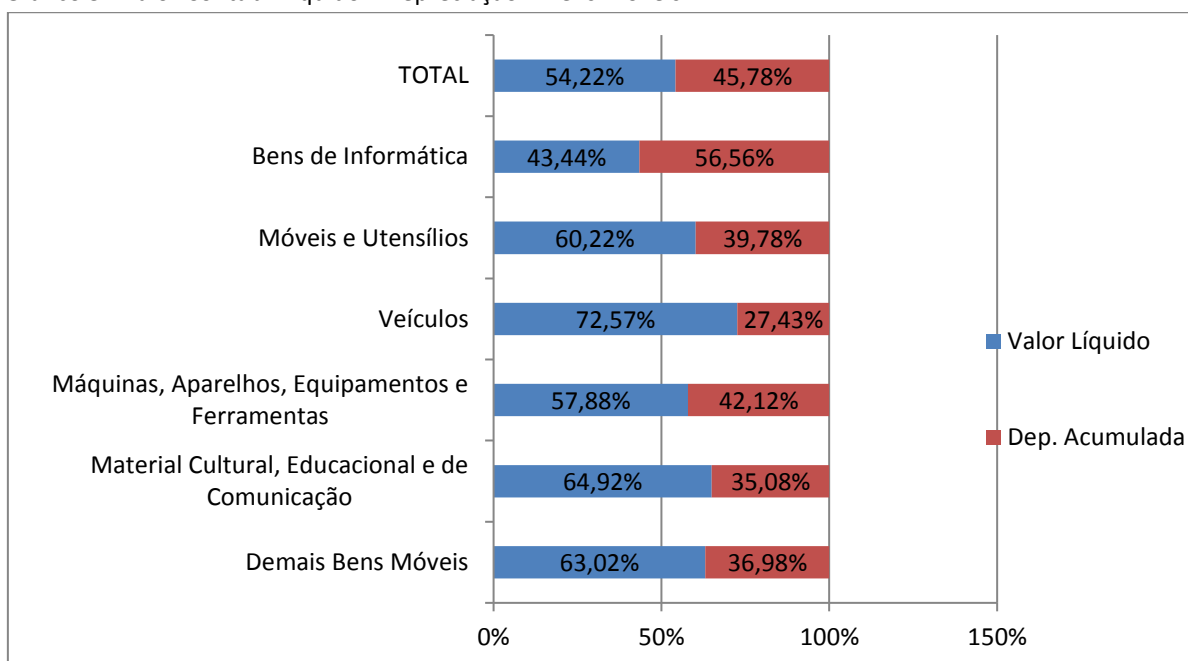
- Bens de Informática: a variação positiva de 5,58%, aproximadamente R\$ 1,5 milhões, decorreu principalmente da aquisição de equipamentos de informática, recebidos até dezembro de 2018. O item totalizou cerca de R\$ 28,46 milhões, cerca de 44,47% do total de bens móveis.
- Móveis e Utensílios: a variação positiva de 20,31%, aproximadamente R\$ 3,1 milhões, decorreu principalmente da aquisição de equipamentos de ar

condicionados. O item totalizou cerca de R\$ 18,5 milhões, cerca de 28,90% do total de bens móveis.

- c) Veículos: a variação positiva de 11,87%, aproximadamente R\$ 1,8 milhões, decorreu principalmente da aquisição de camionetes. O item totalizou cerca de R\$ 7,6 milhões, cerca de 11,87% do total de bens móveis.
- d) Bens móveis em andamento: apresentou saldo zerado em 2018 após o recebimento definitivo de equipamentos de ar condicionados no valor de R\$ 2,8 milhões.

O gráfico3 apresenta a atual situação dos bens móveis por conta, demonstrando o percentual dos bens já depreciados e o valor contábil líquido.

Gráfico 3 - Valor Contábil Líquido x Depreciação – Bens Móveis



Destacamos que a depreciação acumulada é um termômetro do desgaste dos bens e do momento de sua substituição. Se a depreciação acumulada for muito elevada, é o momento de se analisar a necessidade de novas aquisições. No TRT10, a depreciação acumulada está abaixo dos 50%, indicando que os bens são relativamente novos.

Ressaltamos que o processo de Reavaliação ainda não foi implementado, contudo já foi constituída comissão permanente e os primeiros resultados serão entregues no começo de 2019. Logo, a saldo dos bens móveis não são confiáveis, sendo motivo de restrição contábil e ressalva na declaração de conformidade das demonstrações contábeis.

#### Nota 4.2 - Bens Imóveis

Entre os exercícios de 2017 e 2018, o título Bens Imóveis evoluiu aproximadamente 11,66%, um crescimento de R\$ 15.641.577,20, conforme tabela 9.

Conta Contábil	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Varição Absoluta
Bens de Uso Especial	145.905.821,79	97,38%	131.721.101,76	10,77%	14.184.720,03
Bens Imóveis em Andamento	2.086.099,15	1,39%	1.390.089,65	50,07%	696.009,50
Instalações	1.840.226,06	1,23%	1.079.378,39	70,49%	760.847,67
<b>Total Bruto</b>	<b>149.832.147,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>134.190.569,80</b>	<b>11,66%</b>	<b>15.641.577,20</b>
(-)Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(831.706,74)	-0,56%	(388.505,57)	114,08%	(443.201,17)
<b>Total Líquido</b>	<b>149.000.440,26</b>	<b>100,00%</b>	<b>133.802.064,23</b>	<b>11,36%</b>	<b>15.198.376,03</b>

Fonte: SIAFI

O item Bens de Uso Especial corresponde a Edifícios e Terrenos, e seu saldo não está conciliado com o registrado no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), pois o montante de R\$ cerca 41 milhões referente a aquisição do prédio do Foro de Taguatinga ainda não foi registrado no SPIUNET.

### Nota 5 – Intangível

Os bens intangíveis correspondem a ativos não monetários, sem substância física, identificáveis, controlados pela entidade e geradores de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais.

Os bens intangíveis do TRT10 são compostos exclusivamente de Softwares e correspondem a 2,40% do montante de R\$ 188.777.200,38 do Ativo Não Circulante. Em 2018, houve um aumento de 43,33% em comparação ao exercício anterior, variação de R\$ 1.372.330,44. A composição dos bens intangíveis está disposta na tabela 9:

Tabela 9 - Intangível – Composição

R\$

Conta Contábil	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Varição Absoluta
Software – Vida Útil Indefinida	4.259.959,69	93,84%	3.167.206,33	34,50%	1.092.753,36
Software – Vida Útil Definida	290.551,00	6,40%	-	-	290.551,00
<b>Total Bruto</b>	<b>4.550.510,69</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.167.206,33</b>	<b>43,68%</b>	<b>1.383.304,36</b>
(-) Amortização Acumulada – Software	(10.973,92)	100,00%	-	-	(10.973,92)
<b>Total Líquido</b>	<b>4.539.536,77</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.167.206,33</b>	<b>43,33%</b>	<b>1.372.330,44</b>

Fonte: SIAFI

Esta variação é explicada pela aquisição dos seguintes Softwares, conforme tabela 10:

Tabela 10 - Softwares adquiridos em 2018

R\$

SOFTWARES	2018
SOFTWARE ADOBE ACROBAT PRO 2017	394.450,00
TRT10 CITRIX XENAPP ENTERPRISE EDITION	307.065,00
SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRONICO-JT	110.456,76
TRT10 - ACCESS POINT	236.508,00
SOFTWARE MICROSOFT OFFICE 2016 STANDARD	104.000,00
ENDPOINT PROTECTION SUITE MICROSOFT	43.101,60
TRT10 - ADOBE CREATIVE CLOUD FOR TEAMS	47.876,00
SISTEMA DETECCAO E ALARME DE INCENDIO TRT10	41.000,00
TRT10 SOLUCAO DE TARIFACAO TELEFONICA PABX	39.500,00
TRT10 - ATUALIZACAO CITRIX XENAPP ENTERPRISE	36.040,00
TRT10 SKETCHUP PRO 2018	9.300,00



CORELDRAW GRAPHICS SUITE 2017 - TRT10	4.900,00
TRT10 ALCESTE	3.999,00
TRT10 - CORELDRAW GRAPHICS SUITE 2017	2.940,00
TRT10 AUTOCAD	2.168,00
<b>Total</b>	<b>1.383.304,36</b>

Fonte: SIAFI

### Nota 6 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto e Longo Prazo

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. Tais obrigações estão segregadas em Curto Prazo e Longo Prazo, conforme Tabela 11:

Tabela 11 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Composição

R\$

Conta Contábil	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Varição Absoluta
Curto Prazo	869.621,35	3,16%	146.621,97	493,10%	722.999,38
Longo Prazo	26.681.087,49	96,84%	21.512.072,86	24,03%	5.169.014,63
<b>Total</b>	<b>27.550.708,84</b>	<b>100,00%</b>	<b>21.658.694,83</b>	<b>27,20%</b>	<b>5.892.014,01</b>

Fonte: SIAFI

O saldo de R\$ 869.621,35 das obrigações de curto prazo corresponde a 26,68% do montante de R\$ 3.258.985,58 do Passivo Circulante. Já o saldo de R\$26.681.087,49 das obrigações de longo prazo corresponde a 100% do Passivo Não Circulante.

### Nota 6.1 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

A composição das obrigações a curto prazo está detalhada, por conta, na tabela 12:

Tabela 12 - Obrigações Trab., Previdenc. e Assist. a Pagar a Curto – —Composição

R\$

Conta Contábil	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Varição Absoluta
FERIAS A PAGAR	869.621,35	100,00%	-	-	869.621,35
SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	-	0,00%	76.772,91	-100,00%	(76.772,91)
PRECATORIOS DE PESSOAL	-	0,00%	18.056,69	-100,00%	(18.056,69)
OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	-	0,00%	51.792,37	-100,00%	(51.792,37)
	<b>869.621,35</b>	<b>100,00%</b>	<b>146.621,97</b>	<b>493,10%</b>	<b>722.999,38</b>

Fonte: SIAFI

A conta “Férias a Pagar” é composta pelos valores provisionados mensalmente, referentes aos valores devidos aos magistrados e servidores em razão da vantagem pecuniária de 1/3 de férias mais salário em período de férias, sendo que ao final do exercício são baixados os valores pagos durante o ano.

As contas “Obrigações Trabalhistas a Pagar” e são compostas de valores reconhecidos e devidos de passivos trabalhistas de curto prazo.

## Nota 6.2 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

A conta “Obrigações Trabalhistas a Pagar” é composta de valores reconhecidos e devidos de passivos trabalhistas de longo prazo, conforme tabela 13:

Tabela 13 - Passivos Trabalhistas com insuficiência de crédito orçamentário a Longo prazo – Composição R\$

RUBRICA		2018	AV (%)	2017	AH (%)	Varição Absoluta
ABPE	ABONO PERMANENCIA	240.836,27	0,90%	-	-	240.836,27
ATSE	ADICIONAL TEMPO DE SERVIÇO	-	0,00%	2.576,05	-100,00%	(2.576,05)
D13S	DIFERENÇA 13ª	28.248,53	0,11%	115.173,97	-75,47%	(86.925,44)
DFCC	DIFER.GRATIF.-FC'S E CC	-	0,00%	1.677,45	-100,00%	(1.677,45)
DPRP	DIFER.PROVENTOS E PENSOES	122.505,10	0,46%	114.099,16	7,37%	8.405,94
DSBS	DIFERENCA SUBSIDIO MAGISTRADO	165.749,85	0,62%	1.935,90	8461,90%	163.813,95
IAQD	INCORP/ATUALIZ DE QUINTOS	21.141.971,00	79,24%	21.141.971,00	0,00%	-
LPIN	LICENCA PREMIO INDENIZ	138.681,98	0,52%	-	-	138.681,98
OUTR	OUTROS PASSIVOS	-	0,00%	18.634,16	-100,00%	(18.634,16)
PAEM	PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA	4.843.094,76	18,15%	89.952,95	5284,03%	4.753.141,81
PPLC	PASS.PLANO CARREIRA	-	0,00%	26.052,22	-100,00%	(26.052,22)
		<b>26.681.087,49</b>	<b>100,00%</b>	<b>21.512.072,86</b>	<b>24,03%</b>	<b>5.169.014,63</b>

Fonte: SIAFI

Em 2018, foram pagos, aproximadamente, R\$ 3,8 milhões em passivos administrativos a pessoal e apropriados novos passivos de cerca de R\$ 9 milhões.

Destacamos que do montante de R\$ 26.681.087,49, cerca de 79% referente a “Incorporação de Quintos”, soma de R\$ 21.141.971,00, estão sem a devida atualização (correção monetária e juros) e sem a devida individualização dos efetivos credores, o que torna esse número pouco confiável, sendo motivo de restrição contábil e ressalva na declaração de conformidade das demonstrações contábeis.

### Nota 7 – Demais Obrigações a Curto Prazo

As “Demais Obrigações a Curto Prazo” compreendem obrigações não agregados nos grupos anteriores. Tais obrigações estão segregadas em Curto Prazo, conforme Tabela 14:

Tabela 14 - Demais Obrigações a Curto Prazo – Composição R\$

Conta Contábil	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Varição Absoluta
DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	584,29	0,03%	560.318,76	-99,90%	(559.734,47)
DEPOSITOS E CAUCOES RECEBIDOS	2.295.006,94	98,83%	-	-	2.295.006,94
INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSACOES	-	0,00%	600,00	-100,00%	(600,00)
PRECATORIOS DE TERCEIROS	26.616,74	1,15%	17.977,39	48,06%	8.639,35
<b>Total</b>	<b>2.322.207,97</b>	<b>100,00%</b>	<b>578.896,15</b>	<b>301,14%</b>	<b>1.743.311,82</b>

Fonte: SIAFI

Em 2018, destaca-se a apropriação de R\$ 2.295.006,94, referente ao depósito de garantias contratuais de fornecedores junto à Caixa Econômica Federal, o qual corresponde a 71,25% do montante de R\$ 3.258.985,58 do Ativo Circulante e a 98,83% do grupo Demais Obrigações.

### Nota 8 – Patrimônio Líquido

A tabela 15 evidencia as variações dos elementos do patrimônio líquido ao longo do exercício e permite demonstrar a sua evolução no exercício de 2018.

Tabela 15 - Patrimônio Líquido – Composição R\$

Conta Contábil	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Varição Absoluta
Resultado do Exercício	8.862.371,97	4,65%	83.627.510,87	-89,40%	(74.765.138,90)
Resultados de Exercícios Anteriores	190.538.340,11	100,06%	113.808.234,92	67,42%	76.730.105,19
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	(8.977.480,51)	-4,71%	(6.897.405,68)	30,16%	(2.080.074,83)
<b>Total</b>	<b>190.423.231,57</b>	<b>100,00%</b>	<b>190.538.340,11</b>	<b>-0,06%</b>	<b>(115.108,54)</b>

Fonte: SIAFI

Entre os exercícios de 2017 e 2018, o Resultado do Exercício teve redução de aproximadamente 89,40%, demonstrando variação negativa de R\$ 74.765.138,90, conforme Tabela 16.

Tabela 16 - Resultado Patrimonial do Exercício - Sintético R\$

ITEM	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Varição Absoluta
(+) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	650.202.772,61	7336,67%	699.127.461,92	-7,00%	(48.924.689,31)
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	641.340.400,64	7236,67%	615.499.951,05	4,20%	25.840.449,59
<b>(=) RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>8.862.371,97</b>	<b>100,00%</b>	<b>83.627.510,87</b>	<b>-89,40%</b>	<b>(74.765.138,90)</b>

Fonte: SIAFI

Os ajustes de exercícios anteriores são considerados como aqueles decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a

determinado exercício anterior, que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

No exercício de 2018, foram realizados dois lançamentos de ajuste, que totalizaram R\$ 8.977.480,51. Seguem os principais:

- a) Abril/2018: Referente a ajuste da conta “Créditos a receber por valores arrecadados por outras entidades”. Efetuou-se a baixa patrimonial de R\$ 8.134.860,00. Essa variação negativa deve-se a erro ocorrido em 2017, quando o saldo da previsão de arrecadação deveria ter sido zerado. Vide NOTA 2.
- b) Dezembro/2018: Referente a ajuste da conta “Férias a Pagar”. Efetuou-se a apropriação patrimonial de R\$ 838.315,30. Essa variação negativa deve-se a implementação da nova rotina de folha de pagamento, a qual exigência a contabilização do 1/3 de férias a pagar juntamente com salário em período de férias (inovação provocou o ajuste em exercícios anteriores). Vide NOTA 6.1.

## II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

### Nota 9 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

O item Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria apresentou saldo de R\$ 20.376.909,90, o que representa 3,13% das Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ 650.202.772,61). É composto exclusivamente de taxas recebidas a título de Custas Judiciais e Emolumentos, conforme tabela 17:

Tabela 17 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Composição R\$

IMPOSTOS	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Variação Absoluta
Taxas Prestação Serviços	20.376.909,90	100,00%	20.490.447,52	-0,55%	(113.537,62)
<b>Total</b>	<b>20.376.909,90</b>	<b>100,00%</b>	<b>20.490.447,52</b>	<b>-0,55%</b>	<b>(113.537,62)</b>

Fonte: SIAFI

### Nota 10 – Transferências e Delegações Recebidas

O item Transferências e Delegações Recebidas apresentou saldo de R\$ 625.937.907,05, o que representa 96,27% do total das variações patrimoniais aumentativas (R\$ 650.202.772,61). É composto das Transferências Intragovernamentais e Transferências Intergovernamentais, conforme tabela 18:

Tabela 18 - Transferências e Delegações Recebidas – Composição R\$

Grupo	Conta Contábil	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Variação Absoluta
TRANSFERENCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	SUB-REPASSE RECEBIDO	605.983.278,68	96,81%	594.691.380,73	1,90%	11.291.897,95

	MOVIMENTACOES DE VARIACAO PATRIM. AUMENTATIVA	246.376,87	0,04%	-	-	246.376,87
	MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	210.357,93	0,03%	230.538,05	-8,75%	(20.180,12)
	DEMAIS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	206.389,96	0,03%	228.638,29	-9,73%	(22.248,33)
	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	158.491,44	0,03%	100.843,43	57,17%	57.648,01
	REPASSE RECEBIDO	23.828,48	0,00%	10.077,00	136,46%	13.751,48
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	19.109.183,69	3,05%	59.009.696,00	-67,62%	(39.900.512,31)
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	-	0,00%	95.252,50	-100,00%	(95.252,50)
		625.937.907,05	100,00%	654.366.426,00	-4,34%	(28.428.518,95)

Fonte: SIAFI

As Transferências Intragovernamentais correspondem às transferências financeiras relativas à execução orçamentária de um mesmo ente da Federação. As Transferências Intergovernamentais correspondem às transferências de bens e/ou valores entre entes distintos da Federação.

O Item apresentou uma variação negativa de 4,34% entre os exercícios de 2017 e 2018, cerca de R\$ 28.428.518,95. As variações mais relevantes estão explicadas abaixo:

a) Sub-Repasse Recebido: em 2018 o TRT10 apresentou recebimentos via sub-repasse de recursos que totalizaram R\$ 605.983.278,68, representando um aumento de 1,90% em relação a 2017, equivalente a R\$ 11.291.897,95.

b) Transferências Voluntárias: em 2018 o TRT10 apresentou recebimentos via transferências voluntárias que totalizaram R\$ 19.109.183,69, uma variação negativa de 67,62% em comparação ao exercício de 2017, equivalente a R\$ 39.900.512,31.

A variação positiva nos recebimentos via sub-repasse, item “a”, e avariação negativa via transferências voluntárias, item “b”, têm a mesma explicação: decorre da alteração na forma de recebimento dos recursos referentes aos convênios (percentual sobre os depósitos judiciais) mantidos com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. A partir de 2017, o recolhimento de tais valores foi centralizado pelo CSJT e liberados via sub-repasse .

#### Nota 11 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

O item Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos apresentou saldo de R\$ 2.294.112,62, o que representa 0,35% do montante registrado nas Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ 650.202.772,61). A composição do item está detalhada conforme tabela 19:

Tabela 19 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos – Composição

R\$

Conta Contábil	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Varição Absoluta
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	152.303,77	6,64%	1.863.425,15	-91,83%	(1.711.121,38)
REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS	2.141.808,85	93,36%	20.959.499,75	-89,78%	(18.817.690,90)
<b>Total</b>	<b>2.294.112,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>22.822.924,90</b>	<b>-89,95%</b>	<b>(20.528.812,28)</b>

Fonte: SIAFI

A variação negativa de 89,95% entre os exercícios de 2017 e 2018 decorreu principalmente da reavaliação de bens imóveis ocorrida em 2017, registrada no valor de R\$ 20.959.499,75. Em 2018, a reavaliação foi somente de R\$ 2.141.808,85.

#### Nota 12 – Pessoal e Encargos

O item Pessoal e Encargos apresentou saldo de R\$ 342.514.153,81, que corresponde a 53,40% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas (R\$ 641.340.400,64). A composição do item está detalhada conforme tabela 20:

Tabela 20 - Pessoal e Encargos – Composição

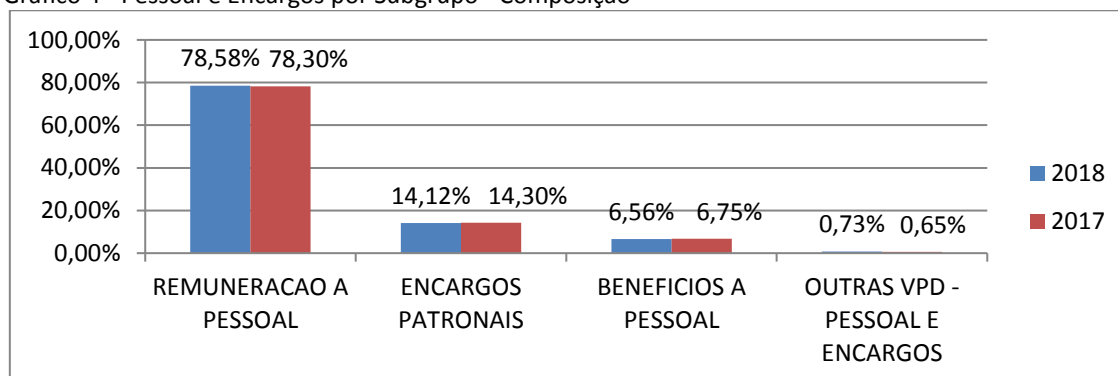
						R\$
Grupo	Conta Contábil	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Variação Absoluta
REMUNERACAO A PESSOAL	GRATIFICACOES	118.348.956,56	34,55%	110.692.481,66	6,92%	7.656.474,90
	VENCIMENTOS E SALARIOS	97.563.156,67	28,48%	121.275.759,95	-19,55%	(23.712.603,28)
	FERIAS - RPPS	29.605.417,28	8,64%	7.388.577,99	300,69%	22.216.839,29
	13. SALARIO - RPPS	20.190.947,50	5,89%	21.202.624,25	-4,77%	(1.011.676,75)
	OUTROS	3.429.607,35	1,00%	3.648.646,71	-6,00%	(219.039,36)
ENCARGOS PATRONAIS	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS - INTRA	47.194.225,59	13,78%	47.536.509,33	-0,72%	(342.283,74)
	COMPLEMENTACAO DE PREVIDENCIA	1.026.278,44	0,30%	572.242,69	79,34%	454.035,75
	OUTROS	152.754,27	0,04%	135.317,79	12,89%	17.436,48
BENEFICIOS A PESSOAL	AUXILIO ALIMENTACAO	12.805.721,76	3,74%	12.860.291,23	-0,42%	(54.569,47)
	SENTENCAS JUDICIAIS - BENEFICIOS A PESSOAL	5.072.433,37	1,48%	5.228.303,50	-2,98%	(155.870,13)
	AUXILIO CRECHE	2.041.088,60	0,60%	1.861.705,66	9,64%	179.382,94
	OUTROS BENEFICIOS A PESSOAL - RPPS	1.097.922,15	0,32%	1.079.440,46	1,71%	18.481,69
	ASSISTENCIA A SAUDE	1.063.410,78	0,31%	1.423.444,95	-25,29%	(360.034,17)
	OUTROS	405.428,57	0,12%	339.621,51	19,38%	65.807,06
OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES - ESTADOS	2.132.473,14	0,62%	607.430,71	251,06%	1.525.042,43
	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES - MUNICIPIOS	384.331,78	0,11%	1.589.958,65	-75,83%	(1.205.626,87)
TOTAL		342.514.153,81	100,00%	337.442.357,04	1,50%	5.071.796,77

Fonte: SIAFI

A variação apresentada foi de 2017 para 2018 foi de R\$ 5.071.796,77 cerca de 1,50%. Esse crescimento deve-se, principalmente ao reajuste salarial ocorrido em 2018. Observa-se ainda que houve variação negativa em “Vencimentos e Salários” de R\$ 23.712.603,28, cerca de 19,55%, e variação positiva de R\$ 22.216.839,29, cerca de 300,69%, em “Férias – RPPS”. Essas variações são devidas à adoção da nova sistemática de apropriação de folha de pagamento, na qual o período de gozo de férias não é mais contabilizado com salários e sim como férias.

O subgrupo Remuneração a Pessoal é o mais representativo com cerca de 78,5% total. Inclui as despesas com vencimentos e salários, gratificações, adicionais e abonos. O subgrupo Benefícios a Pessoal representa cerca de 14% dos gastos e inclui despesas com pessoal que possuem natureza indenizatória, a exemplo do auxílio alimentação e auxílio transporte. Já subgrupo Encargos Patronais inclui as despesas referentes aos encargos previdenciários e representa 6,5% dos dispêndios, conforme gráfico 4.

Gráfico 4 - Pessoal e Encargos por Subgrupo - Composição



#### Nota 13 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O item Benefícios Previdenciários e Assistenciais apresentou saldo de R\$ 179.139.238,76, que corresponde a 27,93% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas (R\$ 641.340.400,64). A composição do item está detalhada conforme tabela 21:

Tabela 21 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Composição

Grupo	Conta Contábil	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Variação Absoluta
APOSENTADORIAS E REFORMAS	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	81.934.188,89	45,74%	77.529.724,50	5,68%	4.404.464,39
	APOSENTADORIAS PENDENTES DE APROVACAO PES CIV	59.865.310,34	33,42%	48.811.514,70	22,65%	11.053.795,64
	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL16/91	12.443.027,57	6,95%	10.137.104,07	22,75%	2.305.923,50
	GRATIFICACOES	5.094.208,43	2,84%	4.171.388,61	22,12%	922.819,82
	LICENCA PREMIO PARA INATIVO CIVIL	938.974,84	0,52%	3.001.499,87	-68,72%	(2.062.525,03)
	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS APOSENTADOS	422.540,28	0,24%	954.552,38	-55,73%	(532.012,10)
PENSOES	PENSOES CIVIS	16.712.451,96	9,33%	15.642.815,88	6,84%	1.069.636,08
	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	1.379.869,03	0,77%	1.078.985,40	27,89%	300.883,63
	LICENCA-PREMIO PARA PENSIONISTA CIVIL	5.469,22	0,00%	108.580,55	-94,96%	(103.111,33)
OUTROS BENEF PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	AUXILIO FUNERAL	220.991,86	0,12%	108.445,24	103,78%	112.546,62
	AUXILIO RECLUSAO	87.862,34	0,05%	-	-	87.862,34
	AUXILIO NATALIDADE	34.344,00	0,02%	29.984,00	14,54%	4.360,00
<b>Total</b>		<b>179.139.238,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>161.574.595,20</b>	<b>10,87%</b>	<b>17.564.643,56</b>

Fonte: SIAFI

O subgrupo “Proventos – Pessoal Civil” é o mais representativo com cerca de 45,74% total. Inclui as despesas com aposentadorias já confirmadas pelo TCU. O segundo item com maior valor é o “Aposentadorias Pendentes de Aprovação”, com cerca de 33,42% do total. Em 2018 sofreu acréscimo de 22,65%, cerca de R\$ 11.053.795,64. O grupo “Benefícios Previdenciários” teve aumento de 10,87% no período, cerca R\$ 17,5 milhões. Esses aumentos devem-se, sobretudo, ao elevado número de pedidos de aposentarias nos últimos anos.

#### Nota 14 – Resultado Patrimonial do Exercício

O Resultado Patrimonial é confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) menos as Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas). Em 2018 o resultado foi um superávit patrimonial de R\$ 8.862.371,97 uma redução de R\$ 74.765.138,90 em relação a 2017, conforme tabela 22:

Tabela 22 - Resultado do Exercício– Composição

R\$

ITEM	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Varição Absoluta
<b>(+) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>650.202.772,61</b>	<b>100,00%</b>	<b>699.127.461,92</b>	<b>-7,00%</b>	<b>(48.924.689,31)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.376.909,90	3,13%	20.490.447,52	-0,55%	(113.537,62)
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	754.736,08	0,12%	726.464,96	3,89%	28.271,12
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	29.102,40	0,00%	20.485,04	42,07%	8.617,36
Transferências e Delegações Recebidas	625.937.907,05	96,27%	654.366.426,00	-4,34%	(28.428.518,95)
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	2.294.112,62	0,35%	22.822.924,90	-89,95%	(20.528.812,28)
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	810.004,56	0,12%	700.713,50	15,60%	109.291,06
<b>(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>641.340.400,64</b>	<b>100,00%</b>	<b>615.499.951,05</b>	<b>4,20%</b>	<b>25.840.449,59</b>
Pessoal e Encargos Sociais	342.514.153,81	53,41%	337.442.357,04	1,50%	5.071.796,77
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	179.139.238,76	27,93%	161.574.595,20	10,87%	17.564.643,56
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	68.109.867,28	10,62%	64.768.438,88	5,16%	3.341.428,40



Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	101.942,13	0,02%	1.913,91	5226,38%	100.028,22
Desvalorização e Perda de Ativos	11.183.366,32	1,74%	10.260.201,60	9,00%	923.164,72
Tributárias	776.470,08	0,12%	806.402,96	-3,71%	(29.932,88)
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.674.807,28	0,26%	90.242,62	1755,89%	1.584.564,66
Transferências e Delegações Concedidas	37.840.554,98	5,90%	40.555.798,84	-6,70%	(2.715.243,86)
<b>(=) RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>8.862.371,97</b>	<b>100,00%</b>	<b>83.627.510,87</b>	<b>-89,40%</b>	<b>(74.765.138,90)</b>

Fonte: SIAFI

Essa involução deve-se, principalmente, a redução no montante dos seguintes itens:

- Transferências e Delegações Recebidas –representa 96,27% do grupo Variação Patrimonial Ativa e teve redução de 4,34%, variação de R\$ 28.428.518,95, chegando ao montante de R\$ 625.937.907,05.
- Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos –representa 0,35% do grupo Variação Patrimonial Ativa, pois, devido a redução de 89,95%, variação de R\$ 20.528.812,28, chegando ao montante de R\$ 2.294.112,62.
- Pessoal e Encargos Sociais –representa 53,41% do grupo Variação Patrimonial Passiva e teve incremento de 1,5%, variação de R\$ 5.071.796,77, chegando ao montante de R\$ 342.514.153,81.
- Benefícios Previdenciários e Assistenciais – representa 27,93% do grupo Variação Patrimonial Passiva e teve incremento de 10,87%, variação de R\$ 17.564.643,56, chegando ao montante de R\$ 179.139.238,76.
- Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – representa 10,62% do grupo Variação Patrimonial Passiva e teve incremento de 5,16%, variação de R\$ 3.341.428,40, chegando ao montante de R\$ 68.109.867,28.

### III. Balanço Orçamentário – UO 15111

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

#### Nota 15 – Receitas Orçamentárias

O exercício de 2018 apresentou previsão de receitas que totalizaram R\$ 19.852.796,00 e arrecadação de R\$ 20.012.504,12, o que indica um excesso de receita no montante de R\$ 159.708,12. Do montante previsto e arrecadado, a totalidade refere-se a receitas Correntes. A Tabela 23 demonstra a composição das Receitas Correntes do exercício:

Origem Receita	Natureza Receita	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA PATRIMONIAL	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS	571.037,00	683.550,70	112.513,70

TRANSFERENCIAS CORRENTES	TRANSFERENCIAS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	19.103.707,00	19.109.183,69	5.476,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	OUTRAS RESTITUICOES	178.052,00	-	(178.052,00)
	OUTROS RESSARCIMENTOS	-	219.769,73	219.769,73
<b>Total</b>		<b>19.852.796,00</b>	<b>20.012.504,12</b>	<b>159.708,12</b>

Fonte: SIAFI

Observa-se que quase a totalidade das receitas realizadas em 2018 referem-se a transferências correntes recebidas da União e suas Entidades (percentual sobre os depósitos judiciais mantidos junto ao Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal) e um pequeno percentual recolhido a título de aluguéis e outras restituições.

#### Nota 16 – Execução Orçamentária da Despesa

A dotação orçamentária é o recurso previsto na Lei Orçamentária Anual para as despesas e aquisições do Órgão Público. A tabela 24 traz o comparativo da dotação em 2017 e 2018.

Tabela 24 - Dotação Orçamentária - Composição

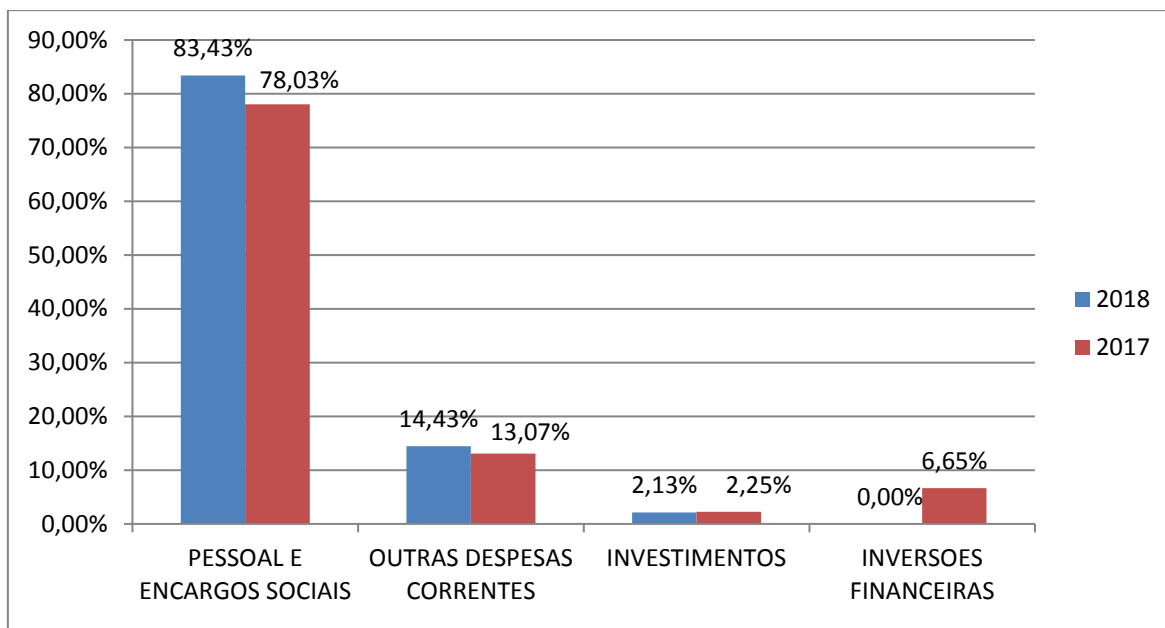
R\$

Categoria Econômica Despesa	Grupo Despesa	2018		2017	
		DOTACAO ATUALIZADA	% Distribuição	DOTACAO ATUALIZADA	% Distribuição
DESPESAS CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	513.017.314,00	83,43%	488.385.264,00	78,03%
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	88.748.369,00	14,43%	81.779.140,00	13,07%
DESPESAS DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	13.116.208,00	2,13%	14.056.816,00	2,25%
	INVERSOES FINANCEIRAS	-	0,00%	41.648.000,00	6,65%
<b>Total</b>		<b>614.881.891,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>625.869.220,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

O exercício de 2018 apresentou uma Dotação de R\$614.881.891,00, a qual foi inferior a 2017 que teve montante dotado de R\$ 625.869.220,00. Isso se deve a previsão de aquisição do Prédio do Foro de Taguatinga no valor de R\$ 41.648.000,00 no exercício de 2017.

Gráfico5 - Dotação Orçamentária – Composição



Conforme Gráfico 5, em ambos os anos o grupo mais relevante foi o de “Pessoal e Encargos Sociais” com cerca 83,43% em 2018 e 78,03% em 2017. A grande variação deve-se a redução orçamentária entre os períodos, o que fez a relevância dessa despesa aumentar. O segundo grupo com maior destaque é o “Outras Despesas Correntes” onde são custeados as despesas rotineiras de funcionamento do Tribunal, como energia elétrica, água, telefone e contratação de serviço terceirizado, o qual possui 14,43% dos recursos. Por fim, é visto que apenas 2,13% dos desembolsos previstos foram para investimento, ou seja, para a aquisição de bens físicos, como: mesas, cadeiras, computadores e veículos.

A tabela 25 apresenta comparativo percentual da dotação prevista e do orçamento executado (empenhado) entre os exercícios de 2017 e 2018:

Tabela 25 - Dotação Atualizada x Despesa Empenhada

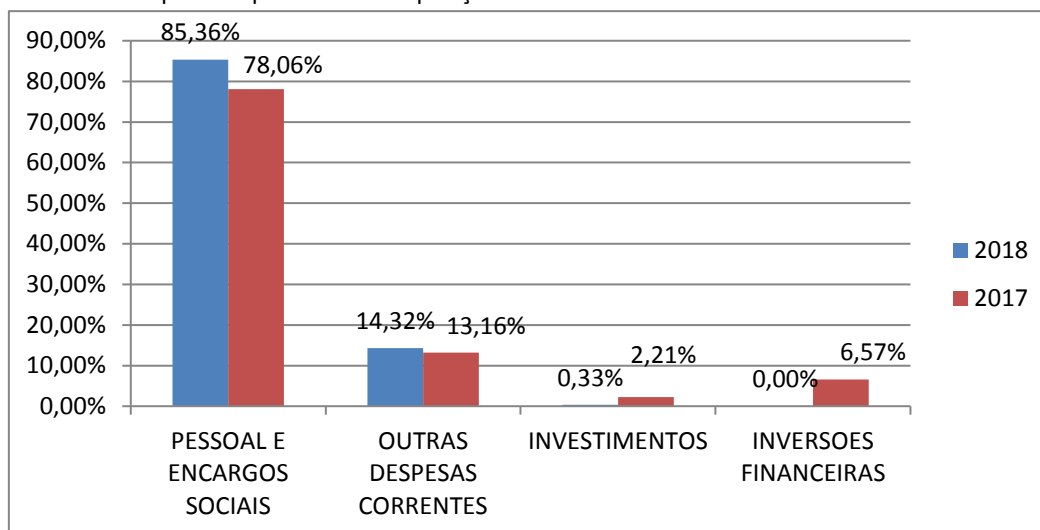
R\$

ANO	Categoria Econômica Despesa	Grupo Despesa	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	% Execução
2018	DESPESAS CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	513.017.314,00	503.092.151,63	98,07%
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	88.748.369,00	84.387.763,85	95,09%
		<b>Total</b>	<b>601.765.683,00</b>	<b>587.479.915,48</b>	<b>97,63%</b>
	DESPESAS DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	13.116.208,00	1.931.358,78	14,72%
		<b>Total</b>	<b>13.116.208,00</b>	<b>1.931.358,78</b>	<b>14,72%</b>
	<b>Total</b>		<b>614.881.891,00</b>	<b>589.411.274,26</b>	<b>95,86%</b>
2017	DESPESAS CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	488.385.264,00	485.136.201,57	99,33%
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	81.779.140,00	81.779.138,37	100,00%
		<b>Total</b>	<b>570.164.404,00</b>	<b>566.915.339,94</b>	<b>99,43%</b>
	DESPESAS DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	14.056.816,00	13.756.748,22	97,87%
		INVERSOES FINANCEIRAS	41.648.000,00	40.829.000,00	98,03%
		<b>Total</b>	<b>55.704.816,00</b>	<b>54.585.748,22</b>	<b>97,99%</b>
<b>Total</b>		<b>625.869.220,00</b>	<b>621.501.088,16</b>	<b>99,30%</b>	

Fonte: SIAFI

Em 2018, a execução orçamentária (despesa empenhada) foi de R\$ 589.411.274,26 aproximadamente 95,86%. Já em 2017, a execução foi de R\$ 621.501.088,16 cerca de 99,30%, conforme tabela 25. A maior sobra orçamentária se deu no grupo investimento que utilizou apenas 14,72% da dotação disponível em 2018. Essa diminuta execução deve-se a utilização de saldo de orçamento de exercícios anteriores (restos a pagar) ao invés do orçamento do exercício atual.

Gráfico6 - Despesa Empenhada - Composição



Conforme Gráfico 6, o grupo “Pessoal e Encargos Sociais” teve maior impacto na execução com cerca 85,36% em 2018 e 78,06% em 2017. O segundo grupo com maior destaque é o “Outras Despesas Correntes”, o qual possui 14,34% dos recursos. Por fim, é visto que apenas 0,33% dos empenhos foram para investimento.

A tabela 26 apresenta comparativo percentual entre a despesa paga e a despesa empenhada nos os exercícios de 2017 e 2018:

Tabela 26 - Despesa Empenhada x Despesa Paga

R\$

ANO	Categoria Econômica Despesa	Grupo Despesa	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	% Execução
2018	DESPESAS CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	503.092.151,63	503.084.545,66	100,00%
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	84.387.763,85	83.562.955,97	99,02%
		<b>Total</b>	<b>587.479.915,48</b>	<b>586.647.501,63</b>	<b>99,86%</b>
	DESPESAS DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	1.931.358,78	1.031.519,03	53,41%
		<b>Total</b>	<b>1.931.358,78</b>	<b>1.031.519,03</b>	<b>53,41%</b>
<b>Total</b>		<b>589.411.274,26</b>	<b>587.679.020,66</b>	<b>99,71%</b>	
2017	DESPESAS CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	485.136.201,57	484.636.652,26	99,90%
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	81.779.138,37	79.041.387,43	96,65%
		<b>Total</b>	<b>566.915.339,94</b>	<b>563.678.039,69</b>	<b>99,43%</b>
	DESPESAS DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	13.756.748,22	4.711.834,29	34,25%
		INVERSOES FINANCEIRAS	40.829.000,00	28.668.088,82	70,22%
		<b>Total</b>	<b>54.585.748,22</b>	<b>33.379.923,11</b>	<b>61,15%</b>
<b>Total</b>		<b>621.501.088,16</b>	<b>597.057.962,80</b>	<b>96,07%</b>	

Fonte: SIAFI

Em 2018 o nível de pagamento foi de 99,71% do total empenhado. Já em 2017, o total do pagamento foi de 96,07%. Logo, houver pouquíssima inscrição em restos a pagar. O principal fator para esse aumento de pagamento é o advento da Emenda

Constitucional 95/2016, a qual implantou o limite de crescimento da despesa no Governo Federal. Esse mecanismo impôs serias restrições orçamentárias e ainda determinou que no limite de pagamento anual deveria ser contabilizado tanto os desembolsos do orçamento do exercício atual quanto os desembolsos com restos a pagar. Logo, o pagamento de restos a pagar impede o pagamento de igual montante de orçamento do exercício. Essa nova realidade fez com que houvesse uma melhoria no planejamento e na gestão do orçamento público, sendo comprometido o que realmente será utilizado.

Tabela 27 - Despesa Empenhada x Inscrita em Restos a Pagar

R\$

ANO	Categoria Econômica Despesa	Grupo Despesa	DESpesas EMPENHADAS	Inscrita em RP	% Execução
2018	DESpesas CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	503.092.151,63	7.605,97	0,00%
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	84.387.763,85	824.807,88	0,98%
		<b>Total</b>	<b>587.479.915,48</b>	<b>832.413,85</b>	<b>0,14%</b>
	DESpesas DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	1.931.358,78	899.839,75	46,59%
		<b>Total</b>	<b>1.931.358,78</b>	<b>899.839,75</b>	<b>46,59%</b>
	<b>Total</b>		<b>589.411.274,26</b>	<b>1.732.253,60</b>	<b>0,29%</b>
2017	DESpesas CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	485.136.201,57	499.549,31	0,10%
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	81.779.138,37	2.737.750,94	3,35%
		<b>Total</b>	<b>566.915.339,94</b>	<b>3.237.300,25</b>	<b>0,57%</b>
	DESpesas DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	13.756.748,22	9.044.913,93	65,75%
		INVERSOES FINANCEIRAS	40.829.000,00	12.160.911,18	29,78%
	<b>Total</b>		<b>54.585.748,22</b>	<b>21.205.825,11</b>	<b>38,85%</b>
<b>Total</b>		<b>621.501.088,16</b>	<b>24.443.125,36</b>	<b>3,93%</b>	

Fonte: SIAFI

Essa maior eficiência nos pagamentos teve impacto no montante inscrito em restos a pagar, conforme tabela 27. Em 2017, foram inscritos em restos cerca de 3,93% do total empenhado, um volume de R\$ 24.443.125,36. Já em 2018 apenas R\$ 1.732.253,60, cerca de 0,29% passou para 2019, uma diminuição de aproximadamente de R\$ 22,7 milhões.

Essa redução está de acordo com Plano Estratégico 2015-2020 desse Egrégio Tribunal. O Indicador Estratégico 13 - Índice de Redução de Inscrição de Restos a Pagar Não-processados (IRIRPnp) determina como meta a redução de 30% na inscrição de restos não processados até 2020 tendo como referência o ano de 2014, o qual teve 4,34% de inscrição. A meta para 2018 era uma redução de 20% em relação a 2014, cerca de 3,47%.

#### Nota 17 – Execução de Restos a Pagar

Cabe destacar a redução no estoque de restos a pagar ao longo dos últimos anos. Ao final de 2015 havia mais de R\$ 22 milhões de saldo orçamentário a serem reinscritos em restos a pagar no próximo ano. Já ao término de 2018 havia apenas R\$ 2,2 milhões a serem prorrogados para 2019, uma redução de mais de 90%, conforme tabela 28.

Tabela 28 - Saldo de Restos a Pagar

R\$

Ano	RP- Saldo Inicial	RP - Pagos	RP - Cancelados	RP - Saldo Final	% Inicial/ Final	% Final 2015
2018	26.838.292,92	24.746.806,26	1.620.454,13	2.203.286,13	-91,79%	-90,10%

2017	17.033.234,33	12.964.787,43	1.673.279,34	26.838.292,92	57,56%	20,59%
2016	22.255.107,27	12.304.158,93	6.790.954,21	17.033.234,33	-23,46%	-23,46%
2015	20.250.660,64	13.134.919,04	3.143.975,55	22.255.107,27	9,90%	-

Fonte: SIAFI

Ao final de 2018, foram pagos somente de restos a pagar R\$ 24.746.806,26. Somando-se os pagamentos de despesas do exercício no montante de R\$ 597.057.962,80, tabela 26, o total pago foi de R\$ 621.804.769,06, equivalente a 99,35% da dotação atualizada para 2018, conforme tabela 24.

A tabela 29, traz o detalhamento da execução de restos a pagar por grupo de despesa.

Tabela 29 - Execução de Restos a Pagar

R\$

Categoria Econômica Despesa	Grupo Despesa	2018					
		Restos a Pagar - Saldo Inicial	Restos a Pagar - Pagos	AV	Restos a Pagar - Cancelados	Restos a Pagar - Saldo Final	% Variação
DESPESAS CORRENTES	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.953.362,24	2.573.365,31	10,40%	1.250.183,29	129.813,64	-96,72%
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	777.631,75	761.907,32	3,08%	8.685,17	7.039,26	-99,09%
	<b>Total</b>	<b>4.730.993,99</b>	<b>3.335.272,63</b>	<b>13,48%</b>	<b>1.258.868,46</b>	<b>136.852,90</b>	<b>-97,11%</b>
DESPESAS DE CAPITAL	INVERSOES FINANCEIRAS	12.160.911,18	12.042.911,18	48,66%	118.000,00	-	-100,00%
	INVESTIMENTOS	9.946.387,75	9.368.622,45	37,86%	243.585,67	334.179,63	-96,64%
	<b>Total</b>	<b>22.107.298,93</b>	<b>21.411.533,63</b>	<b>86,52%</b>	<b>361.585,67</b>	<b>334.179,63</b>	<b>-98,49%</b>
<b>Total</b>		<b>26.838.292,92</b>	<b>24.746.806,26</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.620.454,13</b>	<b>471.032,53</b>	<b>-98,24%</b>

Fonte: SIAFI

Em 2018, na execução de restos a pagar a categoria mais representativa foi a “Despesa de Capital”, com cerca de 86,52%, totalizando R\$ 21,4 milhões. Destaca-se a aquisição do Prédio para abrigar o Foro de Taguatinga, no grupo “Inversões Financeiras”, com o montante de mais de R\$ 12 milhões. Já no item “Investimentos” temos despesas relacionadas a aquisição de equipamentos de ar condicionado, camionetes, computadores, software e obras em andamento.

#### IV. Balanço Financeiro

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentárias, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

#### Nota 18 – Sub-Repasse Recebido

As transferências financeiras recebidas via sub-repasse (R\$605.983.278,68) correspondem a 74,10% do total dos ingressos dos recursos no exercício de 2018 (R\$ 680.709.811,4) e a 83,24% das transferências financeiras recebidas (R\$ 606.582.346,49).

A Tabela 30 detalha o montante do sub-repasse recebido, dada a sua representatividade.

Tabela 30 - Recebimento de Sub-repasse - Composição R\$

Grupo	Fonte Recursos	2018	AH
RECEBIMENTO DE SUB-REPASSES	00 RECURSOS ORDINARIOS	504.426.285,63	83,24%
	27 CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	5.795.592,05	0,96%
	56 CONTRIBUCAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	43.936.473,00	7,25%
	69 CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	51.824.928,00	8,55%
	<b>Total</b>	<b>605.983.278,68</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

Esses recursos são a contrapartida financeira do crédito orçamentário disponibilizado na Lei Orçamentária Anual de 2018. O maior volume refere-se a fonte “Recursos Ordinários”, com 83,24%. Essa fonte atende qualquer tipo de dispêndio, não existindo vinculação legal. A segunda maior agregação foi a da fonte “Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor”, com 8,55%, a qual destina-se ao pagamento de despesas relativas ao pessoa aposentado e pensionistas, juntamente com a fonte “Contribuição Plano de Seguridade Social Servidor”, com 7,25%.

#### Nota 19 – Outros Recebimentos Extra-orçamentários

As transferências financeiras recebidas arrecadadas por outra unidade gestora (R\$ 41.057.118,67) correspondem a 6% do total dos ingressos dos recursos no exercício de 2018 (R\$ 680.709.811,4) e a 91% dos “Outros Recebimentos Extra-Orçamentários” (R\$ 45.154.436,62).

Tabela 31 - Arrecadação por Fonte - Composição R\$

Item	Fonte Recursos	2018	AV (%)	2017	AH (%)	Varição Absoluta
Arrecadação de Outra Unidade	00 RECURSOS ORDINARIOS	6.774.093,37	16,50%	6.703.014,49	1,06%	71.078,88
	17 REC.ORIUNDOS CONTR. VOLUNTARIAS MONTEPIO CIVIL	360,00	0,00%	420,00	-14,29%	-60,00
	27 CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	14.270.161,18	34,76%	14.348.051,18	-0,54%	-77.890,00
	50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	903.320,43	2,20%	870.518,79	3,77%	32.801,64
	81 RECURSOS DE CONVENIOS	19.109.183,69	46,54%	50.874.836,00	-62,44%	-31.765.652,31
	<b>Total</b>	<b>41.057.118,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>72.796.840,46</b>	<b>-43,60%</b>	<b>-31.739.721,79</b>

Fonte: SIAFI

Destaca-se a arrecadação de efetuada na fonte “Recursos de Convênios” de cerca de R\$ 19.109.183,69, cerca de 46,54% do item. Essa fonte deriva da arrecadação dos

recursos referentes aos convênios (percentual sobre os depósitos judiciais) mantidos com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal por parte do CSJT. A partir de 2017, o recolhimento de tais valores foi centralizado pelo CSJT e liberados via sub-repasse ou parte via transferência voluntária. A variação negativa de 62,44% deve-se ao recebimento a maior, de forma excepcional, de recursos para a aquisição do Prédio do Foro de Taguatinga.

## V. Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos: a) Das operações; b) Dos investimentos; e c) Dos financiamentos.

### Nota 20 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Tabela 32 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação

R\$

Fonte Recursos	2018	2017	AH (%)	Varição Absoluta
Atividades Operacionais	22.809.647,42	56.054.329,07	-59,31%	(33.244.681,65)
Atividades de Investimento	(23.091.600,38)	(44.252.365,26)	-47,82%	21.160.764,88
Atividades de Financiamento	-	-	-	-
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(281.952,96)</b>	<b>11.801.963,81</b>	<b>-102,39%</b>	<b>(12.083.916,77)</b>

Fonte: SIAFI

Em 2018, a geração de caixa foi negativa em R\$ 281.952,86, conforme tabela 32. Verifica-se que as “atividades operacionais” tiveram uma variação negativa de 59,31% em relação a 2017, cerca de R\$ 33,2 milhões. Essa variação se deve ao recebimento de recursos em 2017 combinado com um menor pagamento (inscrição em restos a pagar), conforme demonstrado na tabela 28. Em 2018, pelo contrário, foi efetuado um volume maior de pagamentos quando se considera pagamentos do exercício e de restos a pagar, conforme tabelas 26 e 28. Já o fluxo das “atividades de investimento” teve uma redução de R\$ 21,1 milhões cerca 47,82%. Essa variação se deve ao pagamento de maior parcela de recursos referente à aquisição do Prédio do Foro de Taguatinga.